

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA A RELAÇÃO
ENTRE BOLSA FAMÍLIA E PARTICIPAÇÕES**

Hanna Adler Sidi
Matrícula: 1510365

Orientador: Mauricio Cortez Reis

Dezembro de 2018

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA A RELAÇÃO
ENTRE BOLSA FAMÍLIA E PARTICIPAÇÕES**

Hanna Adler Sidi
Matrícula:1510365

Orientador: Mauricio Cortez Reis

Dezembro de 2018

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Hanna Adler Sidi

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Agradecimentos

Dedico essa Monografia de final de curso à minha irmã Raiza que sempre foi minha base e minha maior inspiração na vida.

Agradeço imensamente à minha família que sempre esteve em todos os momentos me apoiando, confiando em mim e me dando todo o amor do mundo.

Agradeço ao meu orientador, Mauricio Cortez Reis, que desde o início me acompanhou fielmente nessa jornada me transmitindo seus conhecimentos e ajuda para a elaboração deste projeto.

Agradeço aos meus amigos de longa data por todo o companheirismo de sempre e aqueles que conheci graças à PUC. Juntos conseguimos enfrentar todas as dificuldades ao longo dos quatro anos e aprendemos o verdadeiro significado de ajudar o próximo.

Por último, agradeço à PUC pela oportunidade de estudar em uma das melhores faculdades e por todo o conhecimento que me foi transmitido. Muito do que sou hoje foi aprendido nesses quatro anos.

Resumo em Português

O estudo buscou analisar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o mercado de trabalho nas 5 (cinco) regiões do país com ênfase nas Regiões Nordeste e Sudeste. Foram utilizados dados secundários do IBGE e elaborados modelos de regressão linear. O PBF teve impacto negativo sobre os pilares do mercado de trabalho, explicado pela redução da procura por emprego das famílias beneficiadas. Entretanto, não se pode concluir que o Programa Bolsa Família tem um papel tão significativo para a colocação dos brasileiros que são beneficiados pelo programa em questão, podendo conter viés de seleção nos modelos regredidos.

Palavras-chave: mercado de trabalho, bolsa-família, transferência de renda.

Sumário

1. Introdução.....	6
2. Referencial Teórico.....	8
2.1 Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil	8
2.2 O Programa Bolsa Família.....	11
2.3 Impacto do PBF sobre o Mercado de Trabalho	16
2.4 Impacto do PBF sobre a Economia Como um Todo	20
3. Arcabouço Metodológico	22
3.1 Origem dos Dados	23
3.2 Métodos de Análise.....	24
3.3 Tabela Descritiva	26
3.4 Análise dos Dados e Resultados Encontrados.....	27
4. Observações Conclusivas	36
5. Referências Bibliográficas	37

1. Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza¹ em todo o Brasil. O PBF foi criado no ano de 2003² e segundo o IBGE, 13 anos depois, em 2016, 25,4% da população brasileira ainda viviam em situação de pobreza, constando uma renda domiciliar per capita de R\$ 387/mês.

O PBF tem sido objeto de uma relevante produção da literatura de avaliação de impacto, mostrando-se efetivo no sentido de reduzir a pobreza e a desigualdade no nível agregado da economia. No ano de 2017, o PBF beneficiou quase 14 milhões de famílias com repasses médios de R\$ 163,57 por núcleo familiar. Neste mesmo ano, o valor total transferido pelo governo federal às famílias atendidas superou R\$ 29 bilhões, o que representou aproximadamente 0,44% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 do Brasil, mostrando-se assim o tamanho de sua relevância para o país.

Um dos temas mais debatidos é o impacto que esses tipos de programas sociais têm sobre o mercado de trabalho das famílias beneficiadas. Para analisar este assunto é necessário fazer uma breve introdução da teoria econômica que está por trás da decisão de ofertar trabalho. Sendo assim, introduz-se este assunto com as maiores críticas e questionamentos a respeito de um possível efeito negativo que o programa possui sobre o mercado de trabalho, o chamado “efeito desincentivo” (COSTA et al, 2015)³ ao trabalho.

É neste contexto que através de métodos estatísticos, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento qualitativo do Programa Bolsa Família e ademais averiguar a relação entre Programa Bolsa Família e o mercado de trabalho nas 5 (cinco) Grandes Regiões do país com ênfase na Região Nordeste e na Região Sudeste.

O presente estudo está dividido em 5 (cinco) capítulos, a saber, Introdução (a presente seção), Referencial Teórico, Arcabouço Metodológico e Base de Dados utilizada no mesmo

1 O MDS considera extremamente pobres as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 89,00 e pobres aquelas com até R\$ 178,00.

2 Em 2003 era Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, e foi convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.

3 COSTA, E. M., COSTA, R. A., MARIANO, F. Z., & CAVALCANTE, D. M. *Impactos Do Programa Bolsa Família No Mercado De Trabalho E Na Renda Dos Trabalhadores Rurais*. ANPEC 2015.

capítulo, Análise Descritiva e Resultados Obtidos e, por fim, conclui-se o trabalho com as observações conclusivas.

2. Referencial Teórico

A presente seção está dividida em 4 (quatro) breves subseções, quais sejam, Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, O Programa Bolsa Família, Impacto do PBF sobre o Mercado de Trabalho e Impacto do PBF sobre a Economia como um todo.

2.1 Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

No Brasil, a pobreza é histórica, iniciada na época da escravidão. Nos anos de 1930 o país viveu um processo de industrialização e avançou significativamente sob a ótica econômica, social e político. O governo, na época de Getúlio Vargas, era populista e possuía mecanismos centralizadores da questão política-administrativa. A questão social foi ganhando fôlego juntamente com o processo de desenvolvimento capitalista excludente, aumentando as condições precárias e subalternas. Nesse contexto o mundo vivencia o “*WelfareState*”, isto é, o Estado do Bem-estar. Esse termo servia basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Nos países da América Latina, não houve sucesso do Estado de bem estar social. Segundo Sposati (2002), o dever social do Estado só se manifesta após os períodos ditatoriais e pactuados com as lutas pelo Estado de Direito. Esses países são conhecidos por suas peculiaridades e pela sua regulação social tardia, enquadrando-se com a emergência do neoliberalismo. O Estado brasileiro adotou, a partir daí, uma política de proteção ao trabalhador, além da previdência social para os que contribuam.

Na realidade brasileira, os primeiros debates sobre os Programas de Transferência de Renda foram a partir de 1975. O primeiro programa foi uma proposta de Antônio Maria Silveira⁴, onde ele questionava se a economia brasileira não satisfazia as necessidades vitais da população e que seria necessário um mecanismo de enfrentamento com a instituição redistribuição de renda mínima para os mais pobres.

4 DA SILVEIRA, Antonio Maria. Redistribuição de renda. *Revista Brasileira de Economia*, v. 29, n. 2, p. 3-15, 1975.

De acordo com Sant'ana (2007), os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combate à pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes. Alguns deles, embora tragam no próprio nome a destinação do benefício como Auxílio Gás e Cartão Alimentação, também são concebidos segundo a ideia de que o beneficiário é portador de habilidade para o exercício da cidadania e podem comportar-se como agentes econômicos eficazes no mercado de modo a trazer benefício não só para si e sua família, mas para inserir-se num contexto mais amplo de relações por meio das quais podem paulatinamente mitigar os efeitos de sua condição de pobreza.

Segundo Magro e Reis (2011), a falta de políticas públicas de cunho social de forma focalizada em décadas anteriores a 1990 deve-se, no caso dos países latino-americanos, a problemas macroeconômicos em que se destacam a contração de empréstimos internacionais nas décadas de 1960-1970 e a consequente dívida externa. Os autores afirmam que a partir do marco inicial a Moratória do México, ocorrido na década de 1980, a rolagem e o não pagamento da dívida impactaram nas contas nacionais, acompanhada de elevada inflação interna dentre outros problemas que foram sanados na última década do Século XX com planos de estabilização econômica.

Foi nesse novo cenário econômico que questões sociais, em especial a desigualdade de renda e a pobreza, ganharam mais espaço, tornando inclusive um dos 8 (oitos) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), amplamente discutido ao longo da década de 1990 e firmado em 2000 (NAÇÕES UNIDAS, 2001).

Segundo Janvry e Sadoulet (2006), de modo geral, programas condicionais de transferência de renda têm 2 (dois) objetivos bem definidos: reduzir a pobreza imediata através do montante transferido às famílias, e reduzir a “pobreza de longo prazo” através das exigências feitas para o recebimento, que giram em torno do investimento em capital humano.

O primeiro programa de transferência de renda que se destacou no Brasil foi o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este programa é uma transferência de renda sem condicionais e independente de contribuição prévia para o regime de seguridade e social

para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência não aptas ao trabalho e a uma vida independente que vivem em famílias com renda familiar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BPC começou a ser implementado a partir de 1996 e transfere para os seus beneficiários o valor do benefício igual a um salário mínimo. Os beneficiários, tanto idosos como deficientes, são reavaliados a cada 10 (dez) anos para examinar se sua situação de extrema pobreza mudou, podendo ter o seu benefício cancelado caso a situação da família não seja mais de extrema pobreza.

Outro programa que foi criado no mesmo ano do BPC foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Segundo o MDS, o programa consiste na transferência de renda para as famílias com crianças entre 7 e 15 anos, trabalhando ou em risco de trabalhar em atividades consideradas perigosas e prejudiciais à saúde das crianças, como em carvoarias, na plantação de cana de açúcar e do sisal. O programa também prevê o repasse de verbas para os municípios participantes para que ele amplie as atividades curriculares da escola com a Jornada Ampliada. O valor do benefício era de R\$ 25,00 por criança nas áreas rurais e R\$ 40,00 nas áreas urbanas. O programa é condicional e as famílias participantes se comprometem a não permitir que crianças menores de 16 (dezesesseis) anos trabalhem e que elas tenham pelo menos 75% de presença na escola.

Em 2001, também no governo de Fernando Henrique Cardoso, o MDS criou o Programa Bolsa Escola. Este programa teve como população alvo crianças entre 6 e 15 anos de idades cujas famílias tinham uma renda per capita abaixo de R\$ 90,00. Estima-se que o programa, hoje já extinto, beneficiou cerca de cinco milhões de famílias.

2.2 O Programa Bolsa Família

Criado em 2003⁵ e instituído pelo governo federal do Brasil pela Lei nº 10.836 em 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) é a unificação dos programas sociais⁶ até então existentes no Brasil. A união desses programas visou “melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização, racionalização e ganhos de escala e facilidade de interlocução do Governo Federal com estados e municípios”.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa tem como objetivo cobrir 3 (três) eixos principais, quais sejam, doar um benefício em dinheiro como alívio imediato, melhorar o acesso à educação, saúde e assistência social provocando melhores condições a essas futuras gerações e as ajudando a sair da pobreza. Atualmente, o Bolsa Família é considerado um dos maiores programas de transferência condicional de renda no mundo, ao lado do mexicano Progres/Oportunidades (Handa e Davis 2006; Soares, Ribas e Osório, 2010)⁷.

O PBF engloba dois grupos de pessoas, quais sejam, em condições de extrema pobreza e pobreza. Em 2016⁸, a faixa de elegibilidade do grupo de extrema pobreza era considerada com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa e o grupo que vive em situação de pobreza com uma renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa. Além disso, o PBF também engloba famílias que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos e gestante. O benefício do programa varia de acordo com a composição das famílias, isto é, quantidades e idades de crianças, situação de renda. Vale ressaltar que os benefícios não são ilimitados, garantindo um número máximo por família.

5 Em 2003 era Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, e foi convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.

6 Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 - Governo Fernando Henrique Cardoso); e Programa Nacional de Acesso à Alimentação - Fome Zero (Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 - Governo Lula).

7 Soares, Fábio Veras, Rafael Perez Ribas, and Rafael Guerreiro Osório. "Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Familia: cash transfer programs in comparative perspective." *Latin American Research Review* 45.2 (2010): 173-190.

Handa, Sudhanshu, and Benjamin Davis. "The experience of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean." *Developmentpolicyreview* 24.5 (2006): 513-536

8 Até a conclusão do presente trabalho, o MDS apresentava esta mesma faixa de elegibilidade.

Quanto ao acesso aos serviços básicos e suas condicionalidades, as famílias beneficiárias do PBF devem se comprometer em (MDS, 2014):

- Seguir o calendário de vacinação para crianças entre 0 e 7 anos, mulheres na faixa;
- De 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento na área da saúde, e as gestantes e • mães amamentando devem seguir a agenda pré e pós-natal;
- Manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola (frequência mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos); e
- Crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou que estão cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Ainda segundo o MDS, para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mantendo seus dados sempre atualizados, informando à prefeitura qualquer mudança, como de endereço e telefone de contato e modificações na constituição da família.

Atualmente, segundo o Banco Mundial, 52 países utilizam o mesmo formato do Bolsa Família em seus programas de transferência de renda. Apenas entre 2011 e 2015, o MDS recebeu 406 delegações de 97 países, interessadas em entender melhor o funcionamento do programa. Nesse período, o MDS também participou de mais de cem eventos internacionais, como seminários, workshops e oficinas, com o objetivo de apoiar e facilitar o intercâmbio de conhecimentos e experiências, principalmente no hemisfério sul.

No ano de 2017, o PBF completou 14 anos da sua criação e pode-se afirmar que o programa teve uma expansão significativa, tanto em termos de cobertura, quanto em valor do benefício. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2004, o programa recebeu R\$ 3,2 bilhões para atender a 6,5 milhões de famílias. Em 2017 seu orçamento cresceu para R\$ 29,2 bilhões, beneficiando 13,8 milhões de famílias. O Quadro 1 apresenta a evolução do Programa Bolsa Família no período de 2004 até o 2017.

Ano	Famílias atendidas	Valor investido
2004	6.571.839	R\$ 3.791.787.498,00
2005	8.700.445	R\$ 5.812.686.500,00
2006	10.965.810	R\$ 7.609.377.003,00
2007	11.043.076	R\$ 9.187.886.087,00
2008	10.557.996	R\$ 10.943.583.571,00
2009	12.370.915	R\$ 12.454.715.899,00
2010	12.778.220	R\$ 14.372.702.865,00
2011	13.352.306	R\$ 17.364.278.589,00
2012	13.902.155	R\$ 21.156.744.695,00
2013	14.086.199	R\$ 24.890.107.091,00
2014	14.003.441	R\$ 27.187.295.233,00
2015	13.827.369	R\$ 27.650.301.339,00
2016	13.570.000	R\$ 28.506.168.795,00
2017	13.828.609	R\$ 29.046.112.934,00
Total Investido		R\$ 211.497.779.860,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
 Quadro 1 – Evolução do Bolsa Família (2004 a 2017).

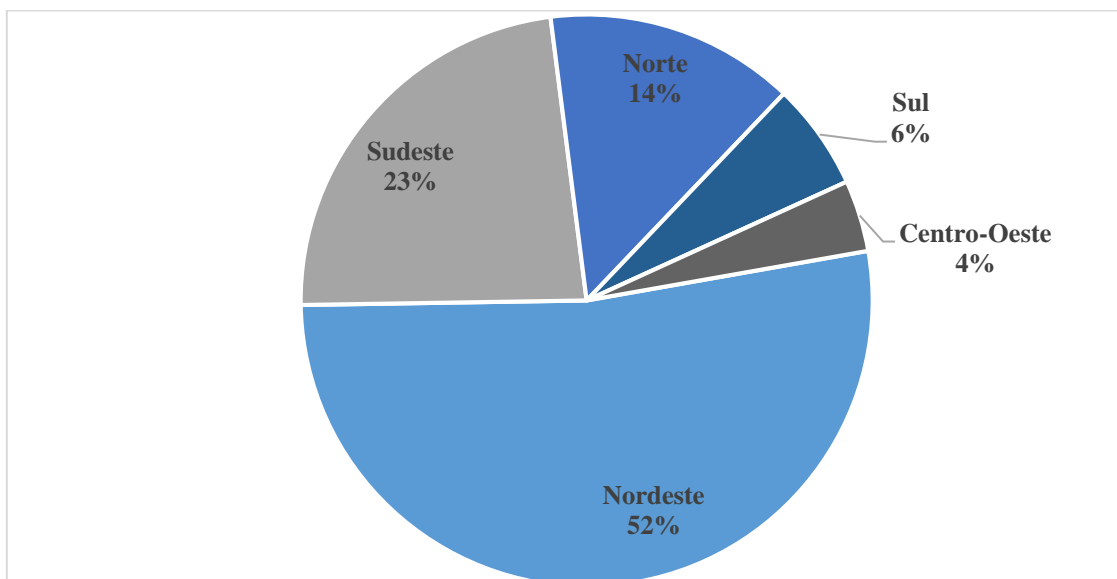
Ainda no ano de 2017, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), os beneficiários do Programa Bolsa Família representavam 1/3 da população de 11 (onze) Estados brasileiros, todos das Regiões Norte e Nordeste. Observa-se que neste ano, 21% da população brasileira recebeu benefícios do programa e destaca-se que o Maranhão foi o Estado com a maior relação entre a população e quem vive dos valores do Bolsa Família. De acordo com o MDS, 48% da população do Estado do Maranhão recebe os recursos. Os Estados do Piauí e Acre vêm a seguir, ambos com 41%.

Os Quadros 2 e 3 apresentam em porcentagem quanto cada região recebeu de benefício e quantas famílias são beneficiadas, respectivamente. Ambos os quadros são referentes ao ano de 2017. Ademais, elaborou-se os Gráficos 1 e 2 para ilustrar a significância numérica das Regiões Nordeste e Sudeste no programa como um todo.

Região	Valor dos Benefícios Recebidos	Participação dos Beneficiários do PBF no Total de Beneficiários do Brasil
Nordeste	R\$ 15.228.079.559,00	52%
Sudeste	R\$ 6.812.594.452,00	23%
Norte	R\$ 4.152.852.543,00	14%
Sul	R\$ 1.834.870.654,00	6%
Centro-Oeste	R\$ 1.017.715.726,00	4%
Brasil	R\$ 29.046.112.934,00	100%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Quadro 2 – Participação dos Valores dos Benefícios do PBF no Total de Benefícios do Brasil, por Região (ano 2017).



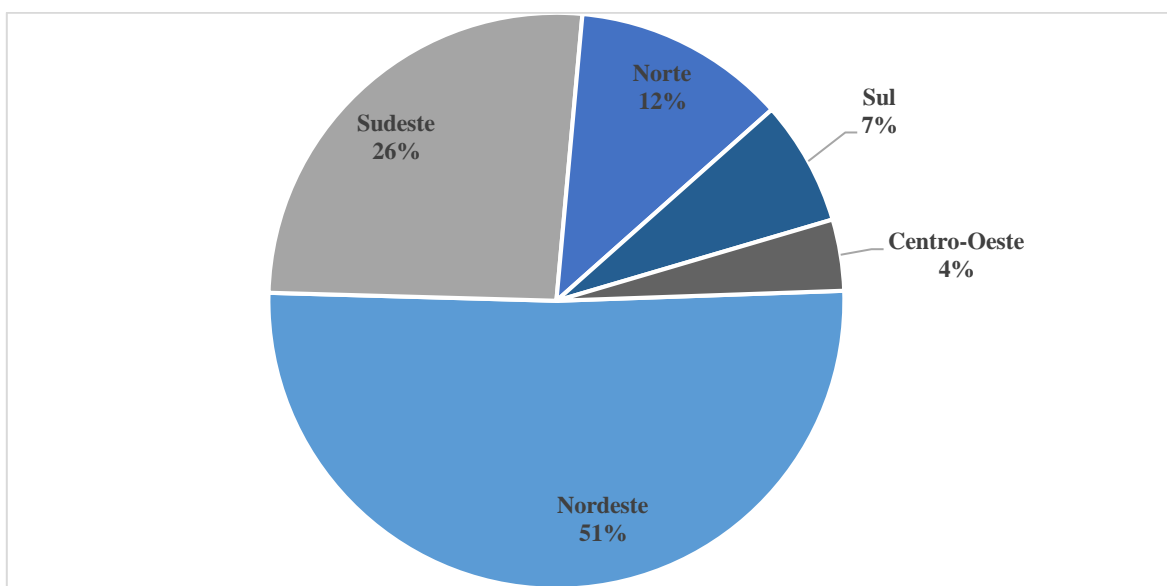
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Gráfico 1- Distribuição dos valores de benefícios recebidos pelo PBF por grandes regiões, ano 2017.

Região	Famílias Beneficiadas	Participação dos Beneficiários do PBF no Total de Beneficiários do Brasil
Nordeste	6.999.929	51%
Sudeste	3.573.974	26%
Norte	1.725.874	12%
Sul	979.823	7%
Centro-Oeste	549.009	4%
Brasil	13.828.609	100%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Quadro 3 – Participação das Famílias que Recebem Benefício do PBF no Total de Famílias Beneficiadas do Brasil, por Região (ano 2017).



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Gráfico 2 - Distribuição dos números de famílias que recebem o benefício do PBF por grandes regiões, Dezembro de 2017.

2.3 Impacto do PBF sobre o Mercado de Trabalho

Esta seção teve como embasamento o estudo realizado por Soares e Sátyro (2009)⁹, que concluem em seu estudo que a maior parte das pesquisas relacionadas ao Impacto do Programa Bolsa Família sobre o mercado de Trabalho encontra efeitos demasiadamente pequenos para serem relevantes.

Soares e Sátyro (2009) apresentam o argumento de que há um efeito um pouco maior apenas para mães, que podem chegar a trabalhar quase duas horas a menos semanais por receberem o benefício do Bolsa Família e fazem duas considerações, quais sejam: Primeiro, é um efeito realmente pequeno. Segundo, há uma grande literatura sobre desenvolvimento infantil mostrando que os cuidados das mães com as crianças pequenas têm consequências importantes, que duram toda a vida. Isto sugere que a redução da oferta de trabalho das mães é um efeito do Programa Bolsa Família a ser comemorado, e não lamentado.

Uma das críticas do Programa Bolsa Família mais mencionadas, e tema de estudo utilizado como referência nesta seção, é relativa ao “efeito-preguiça”. Os pesquisadores levantam dados e informações e elaboraram estudos para identificar se um benefício à renda da família pode levar à acomodação e diminuir a oferta de trabalho de seus membros, ou seja, objetivam verificar se transferência de renda estaria criando um desincentivo ao trabalho.

Oliveira e Soares (2012) realizaram um levantamento de diversos artigos focados na investigação de um possível efeito preguiça. O estudo resume resultados de artigos sobre a oferta de trabalho da população beneficiária de programas de transferência de renda condicionados, baseados em diversas pesquisas amostrais nacionais. A oferta de trabalho é medida a partir de três prismas, quais sejam, participação no mercado de trabalho, jornada de trabalho e providências para conseguir emprego. A conclusão do estudo aponta que

Os resultados encontrados pela literatura, até o momento, variam um pouco ao longo do tempo e de acordo com o método. O que, entretanto, é consensual é que programas de transferência de renda foram eficazes em reduzir a oferta de trabalho das crianças, reduzindo também o número de crianças que não estudam e não trabalham.

⁹ SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.*

(...)

Se for possível extrair uma grande conclusão dos estudos resenhados acima, é que os PTRCs possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho, e que alguns destes impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para certos grupos, são positivos. Do ponto de vista das políticas públicas, pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria um efeito renda maior do que um efeito substituição (fenômeno que recebeu a alcunha de “efeito preguiça”), no caso destes programas. (Oliveira e Soares, 2012)

Medeiros, Brito e Soares (2007) elaboraram um estudo baseados nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este estudo levantou evidências sobre as pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família e se as mesmas trabalham tanto ou mais do que as outras pessoas com renda familiar per capita similar. O estudo concluiu que o impacto sobre a oferta de trabalho é maior entre as mulheres do que entre os homens, o que, para os autores do artigo, abate as críticas de que as transferências perpetuam as desigualdades de gênero à medida que o benefício permitisse que as mulheres se retirassem do mercado de trabalho e se dedicassem ao cuidado das crianças, idosos e pessoas deficientes.

Tavares (2008) reafirma os argumentos de Medeiro, Brito e Soares feito em 2007, onde ele realiza uma pesquisa que constata o efeito positivo do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães beneficiadas. Numa perspectiva microeconômica, Tavares (2008) afirma que o efeito-preguiça, caso realmente ocorra, é resultante da interação entre o efeito-renda e o efeito substituição, cada um atuando em direção oposta. O efeito-renda acontece quando os beneficiários interpretam que a perda monetária da diminuição do salário decorrente da redução da oferta de trabalho é recompensada pela transferência de renda do PBF. Ou seja, efeito-renda é o principal responsável pelo efeito-preguiça.

Ademais, há na literatura outros trabalhos que não encontram efeitos significativos do PBF sobre o mercado de trabalho. Foguel e Barros (2010) argumentam que programas condicionais de transferência de renda não têm impacto sobre o mercado de trabalho.

Os autores utilizaram dados de municípios brasileiros que entram na amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o artigo apresenta um painel com dados dos anos de 2001 a 2005 para averiguar se há impactos sobre o número médio de horas

trabalhadas ou sobre a taxa de participação de homens e mulheres adultos. Contudo, a PNAD não investiga diretamente a questão dos programas de transferência de renda – exceto em dois questionários suplementares – de modo que o artigo baseia sua análise em um procedimento indireto que tenta identificar os 5 indivíduos que de fato recebem o auxílio.

Foguel e Barros (2010) apresentam argumentos que indicam que a participação das famílias no PBF não impacta as variáveis de interesse de modo significativo, mesmo quando a análise é feita por gênero. A análise conclui que programas de transferência de renda não afetam a participação no mercado de trabalho e nem o número de horas trabalhadas dos indivíduos, qualquer que seja o gênero.

Neri et al. (2013)¹⁰ apresentam no estudo elaborado resultados das transferências que privilegiam as famílias mais pobres e que têm os maiores efeitos multiplicadores. Eles afirmam que o PBF, em particular, apresentou os melhores números entre as sete transferências sociais para todos agregados de interesse, ressaltando que no caso do PIB, o multiplicador foi de R\$ 1,78, isto é, cada 1,00 real adicional gasto pelo Governo Federal com o PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. Neri ainda afirma que o maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias, com multiplicador de R\$ 2,40.

Por fim, para complementar a presente seção problema, foram levantados dados dos últimos 12 (doze) anos da Evolução de Emprego do CAGED no Brasil. Esses dados foram levantados com a finalidade de apresentar a situação atual do país, em termos de empregos gerados.

Apesar de existirem uma série de fatores relacionados à geração de emprego no Brasil, o gráfico elaborado destaca que o saldo de empregos está diminuindo desde 2011.

10 (Neri, Vaz e Souza, 2013).

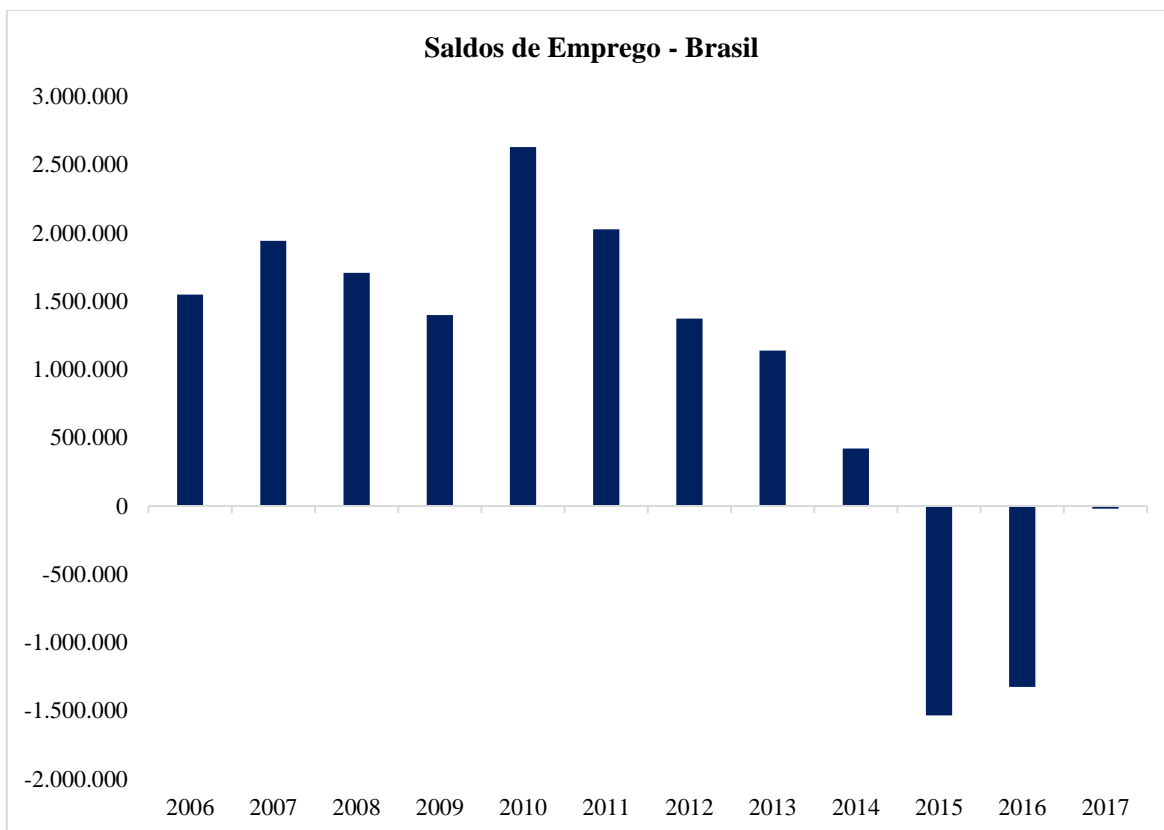


Gráfico 3 – Evolução do emprego no Brasil – período: 2006 a 2017.
 Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em dezembro de 2017 foram fechadas 328.539 vagas com carteira assinada. Neste mesmo ano, o saldo ficou negativo em 20.832 vagas, resultado de 14.635.899 a 14.656.731 desligamentos. Ainda segundo o MTE, apesar de negativos, os números de dezembro são os melhores desde 2007 -quando houve perda líquida de 319.414 vagas. Os dados do Ministério do Trabalho apresentam que, embora o país tenha terminado o ano com saldo negativo no número de empregados, houve uma melhora em relação aos anos de 2015 e 2016.

O Gráfico 3 mostra que o ano de 2014 foi o último na série histórica a apresentar saldo positivo, com 420.690 posições criadas. Em 2015, o saldo negativo foi de 1.534.989 empregos fechados, já em 2016, a perda de empregos foi de 1.326.558. De acordo com o Ministério do Trabalho, a melhora em 2017 é justificada pelo "impacto positivo das medidas do governo".

2.4 Impacto do PBF sobre a Economia Como um Todo

Nesta seção foi realizado um levantamento de estudos que analisaram os efeitos de programas de transferência de renda sobre o PIB e o crescimento econômico como um todo. Destaca-se que o estudo com maior relevância para a elaboração da presente seção foi Denes et al. (2018)¹¹.

Landim Junior (2009) avaliou os impactos do PBF entre 2004 e 2006 sobre o produto dos municípios brasileiros, os valores adicionados brutos setoriais e a arrecadação tributária. O autor argumenta que o Programa Bolsa Família gera um impacto positivo na economia dos municípios brasileiros, por meio de um aumento real no PIB per capita desses municípios. Landim Junior (2009) estimou que um aumento do repasse per capita de 10% teria causado em média o crescimento de 0,6% do PIB per capita, com o mesmo valor no ano seguinte, aumento 1,36% e 0,81% respectivamente na arrecadação e no PIB Industrial. A partir desse resultado, a relação custo-benefício do programa seria de 4,25% em relação ao aumento médio do repasse entre 2005 e 2006, e uma relação custo-benefício marginal de 4,31%.

Um estudo elaborado por Cury et al. (2010) emprega um modelo de equilíbrio geral que leva em consideração a reforma do PIS/COFINS do período entre 2003-2005 para avaliar os efeitos do PBF e do BPC sobre a desigualdade e outras variáveis agregadas de resultado. Em suas hipóteses, eles obtêm resultados macroeconômicos negativos sobre o PIB e aumento do índice de preços.

O estudo de Souza (2011) destacou um ponto importante sobre os programas de transferência de renda, a saber, sua fonte de financiamento é predominantemente de impostos indiretos. O autor conclui que 80% dos recursos do PBF são provenientes de PIS/COFINS, impostos que incidem sobre a receita bruta. Devido a efeitos de ineficiência provocados por esse tipo de imposto (perda de peso morto), essas contribuições geram um impacto adicional negativo.

¹¹ DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, v. 72, n. 3, p. 292-312, 2018.

Ademais, Tupy e Toyoshima (2013) analisaram os efeitos do BPC e do PBF no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Brasil¹² caracterizado por municípios pequenos, muito pobres e com grande participação do governo na economia. Com um painel de municípios, os autores, no entanto, encontram estimativas positivas dos efeitos do PBF e do BPC sobre o PIB municipal, rejeitando a hipótese de contribuição para a manutenção de economias sem produção.

Neri (2013) também contribui para a literatura utilizando o Fluxo Circular da Renda para mensurar os impactos diretos e indiretos de curto prazo das transferências do PBF sobre o PIB. O autor concluiu que o efeito multiplicador das transferências em relação ao PIB é maior para o Bolsa Família (de 1,78), seguido pelo Benefício da Prestação Continuada (de 1,19). Os demais variam entre 1,06 e 0,39. Ou seja, com um choque marginal de R\$1 no PBF, haveria o retorno de R\$1,78 no PIB. Para o consumo final das famílias, o multiplicador do PBF é de 2,40, enquanto para o consumo final total, é de 1,98. Com relação à renda disponível bruta, o multiplicador do programa é de 1,48 e para a renda disponível bruta das famílias, é de 1,64.

Por fim, Denes et al. (2018) conclui em seu estudo que programas de transferência de renda tenham efeitos macroeconômicos, como impactos de renda de segunda ordem, provenientes do efeito multiplicador dos recursos. Os resultados encontrados indicam que tanto o PBF quanto o Benefício de Prestação Continuada (BPC) apresentam correlações positivas em relação ao PIB per capita municipal. As estimativas foram diferenciadas setorialmente, sendo maior em relação ao produto do setor de serviços e não estatisticamente significativa em relação à agropecuária.

12 Segundo o IBGE o município de Jequitinhonha em 2010 apresentou um PIB per capita R\$ 8230.68, quando comparado aos demais municípios brasileiros ficou classificado em 4.239º do total de 5.570 municípios.

3. Arcabouço Metodológico

Este trabalho de conclusão de curso foi dividido em duas partes, quais sejam Análise Qualitativa e Análise Quantitativa. Na primeira parte apresentou-se um estudo detalhado sobre o Programa Bolsa Família e um levantamento geral dos programas de transferência de renda no mundo, para fins de comparação, traçando melhor como foi criado e porque foi criado, além do retorno que essa política trouxe para o Brasil desde a sua implementação em relação ao mercado de trabalho e conseqüentemente à economia (com foco nos impactos no mercado de trabalho). A mesma foi apresentada na seção 2.

Já na segunda parte foi realizado o levantamento de dados e informações do IBGE e através deles foi possível analisar se a transferência de renda do Programa Bolsa Família impacta no mercado de trabalho negativamente ou positivamente, comparando a relação entre Bolsa família e sua participação entre as 5 (cinco) regiões do país com ênfase na Região Sudeste e na Região Nordeste.

A escolha das regiões analisadas no presente estudo ocorreu devido às características dos municípios, tais como PIB e número de beneficiários do Bolsa Família. A Região Nordeste representa a região com menor Produto Interno Produto (PIB) per capita no país. No ano de 2010 (R\$ de mil), o PIB per capita do Nordeste foi de R\$ 9,56, seguido da região Norte com R\$ 12,70, Sul com R\$ 22,72, Centro-oeste com R\$ 24,95. Já a Região Sudeste com R\$ 25,99 (IPEADATA, 2014). Ademais, o Nordeste concentra a maior parte dos beneficiários do programa, representando 51% do total de famílias beneficiárias e 52% do valor total repassado as mesmas, valores de 2011 (MSD, 2014).

O método que foi utilizado na segunda etapa consistiu em regressões usando a taxa de participação no município como variável dependente em função da proporção de famílias que recebem programas sociais, diferenciando essa relação por características econômicas das regiões. Esta metodologia está detalhada a seguir.

3.1 Origem dos Dados

Os dados utilizados neste trabalho foram retirados do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2010. No ano em questão, isto é, 2010, a amostra conta com um total de 5.565 municípios, sendo esses distribuídos de acordo com cada estado. Esta divisão está apresentada no Quadro 4.

Região	Número do Município na Amostra
Norte	1 a 449
Nordeste	450 a 2.243
Sudeste	2.244 a 3.911
Sul	3.912 a 5.099
Centro-Oeste	5.100 a 5.565

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Quadro 4 – Divisão dos Municípios na Amostra.

As variáveis selecionadas estão listadas abaixo:

- Idade= Média de idade dos adultos no município (18-65 anos).
- Mulher = Porcentagem de mulheres no município (18-65 anos).
- Negro = Porcentagem de negros no município (18-65 anos).
- Rend = Rendimento médio do trabalho principal entre as pessoas ocupadas de 18 até 65 anos (R\$).
- rfpc = Renda familiar per capita no município (R\$).
- Recebe_BF = Porcentagem de pessoas em domicílios que recebem Bolsa Família no município.
- Participa = Porcentagem de pessoas que participam do mercado de trabalho no município (15-65 anos)

3.2 Métodos de Análise

O objetivo do presente trabalho, como mencionado anteriormente, consiste na busca de realizar um levantamento qualitativo do Programa Bolsa Família e ademais realizar uma comparação da relação entre Programa Bolsa Família e o mercado de trabalho nas 5 (cinco) grandes regiões do país com ênfase nas Regiões Nordeste e Sudeste. Na tentativa de explicar quantitativamente os efeitos de receber o benefício do Bolsa Família sobre a participação no mercado de trabalho, o presente estudo propõe rodar uma série de modelos com algumas das especificações utilizadas pela literatura (que estão descritos na seção 3.3).

As estimações foram feitas, para cada conjunto de equações, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Este método consiste em buscar o melhor ajuste para um conjunto de dados tentando minimizar a soma dos quadrados dos resíduos da regressão, onde será determinado que a variável dependente será “Participa”, enquanto que as variáveis de interesse foram:

- i) Idade;
- ii) Mulher;
- iii) Negro; e
- iv) Recebe_BF.

Para mediação do impacto dos benefícios transferidos sobre o mercado de trabalho, foi adotado um modelo de regressão linear múltipla descrito a seguir:

$$\text{Participa} = \alpha + \beta_1 * \text{Recebe_BF} + \beta_2 * \text{negro} + \beta_3 * \text{idade} + \beta_4 * \text{mulher} + \varepsilon \quad [1]$$

Após rodar essa primeira equação, criou-se *Dummies* para cada uma das 5 (cinco) regiões do Brasil. A variável *Dummies* uma variável binária que vale 0 ou 1 para indicar a presença ou a ausência de algum efeito que possa vir a afetar o resultado da regressão. Nesse caso, excluímos uma região (Nordeste) para evitar colinearidade perfeita.

Dessa forma, a segunda versão do MQO regredida foi:

$$\text{Participa} = \alpha + \beta_1 * \text{Recebe_BF} + \beta_2 * \text{negro} + \beta_3 * \text{idade} + \beta_4 * \text{mulher} + \text{CENTRO OESTE} + \text{NORTE} + \text{SUDESTE} + \varepsilon \quad [2]$$

Por fim, incluiu-se as interações:

$$\text{recebe_BFxNorte, recebe_BFxNordeste, recebe_BFxSul, recebe_BFxCentro-oeste} \quad [3]$$

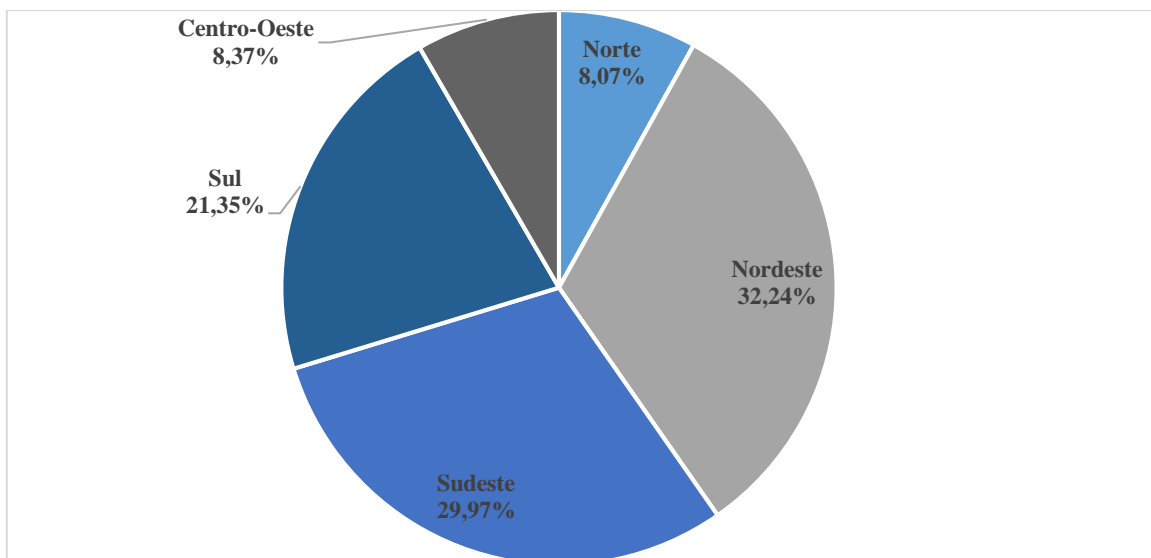
O grupo de referência adotado foi o da Região Sudeste. Assim, a partir dessas variáveis tem-se o efeito do Programa Bolsa família sobre a participação nas regiões em relação à Região Sudeste.

O Quadro 5 apresenta os municípios que compõem a amostra de dados do Censo 2010 levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a porcentagem de cada região sobre esses dados e a participação média de indivíduos que fazem parte do mercado de trabalho em cada região do país. Assim, conclui-se que a Região Nordeste e a Região Sudeste evidenciam um papel importante na distribuição da amostra compondo aproximadamente 62% do total. O Gráfico 3 foi elaborado para ilustrar a significância das duas grandes regiões mencionadas e enfatizadas no presente trabalho de conclusão de curso.

Região	Nº de Municípios	Porcentagem dos Municípios Composição da Amostra	Participação Média dos Municípios no Mercado de Trabalho
Norte	449	8,07%	64,41%
Nordeste	1.794	32,24%	60,81%
Sudeste	1.668	29,97%	71,18%
Sul	1.180	21,35%	77,98%
Centro-Oeste	466	8,37%	70,94%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborado pelo autor.

Quadro 5 – Percentual das Regiões que Compõe a Amostra e Participação Média dos Municípios no Mercado de Trabalho.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborado pelo autor.
Gráfico 3 – Percentual das Regiões da Composição da Amostra.

3.3 Tabela Descritiva

Esta subseção tem como objetivo apresentar simplificadaamente as estatísticas descritivas, que consiste na etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. Os Quadros 6 e 7 expõem as medidas de posição por Grande Região do Brasil, quais sejam, número de observações, média, mediana, desvio-padrão, mínimo e máximo.

Participação dos Municípios no Mercado de Trabalho					
Medidas de Posição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Observações	449	1.794	1.668	1.180	466
Média	0,644	0,608	0,712	0,780	0,709
Mediana	0,653	0,614	0,721	0,779	0,720
Desvio Padrão	0,075	0,079	0,059	0,072	0,063
Mínimo	0,359	0,234	0,415	0,545	0,479
Máximo	0,819	0,850	0,880	0,972	0,844

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborado pelo autor.
Quadro 6 – Estatísticas Descritivas - Participação dos Municípios no Mercado de Trabalho.

Participações dos Municípios Beneficiados pelo Programa Bolsa Família					
Medidas de Posição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Observações	449	1.794	1.668	1.180	466
Média	0,377	0,491	0,182	0,136	0,197
Mediana	0,378	0,501	0,147	0,116	0,187
Desvio Padrão	0,112	0,097	0,117	0,087	0,079
Mínimo	0,103	0,009	0,017	0,001	0,049
Máximo	0,699	0,097	0,576	0,474	0,537

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborado pelo autor.

Quadro 7 – Estatísticas Descritivas - Participações dos Municípios Beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

3.4 Análise dos Dados e Resultados Encontrados

Após a realização do levantamento de dados, ajuste das informações e regressões, conforme apresentado anteriormente, foram estimados 7 (sete) modelos.

De acordo com o Modelo 1, observa-se que a variável `recebe_BF` obteve resultados significativos. Determinou-se uma hipótese nula, sem diferenças estáticas entre os grupos, e uma hipótese alternativa. Assim, rejeita-se a hipótese caso se obtenha um p-valor menor do que 5% maior do que o valor encontrado para a estatística t. Dessa forma, rejeitou-se a hipótese nula de que o coeficiente `recebe_BF` é zero, apresentando correlação com as variáveis do modelo. Para essa variável, o coeficiente encontrado foi negativo (-0,233496), ou seja, um aumento na porcentagem de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Bolsa Família, potencialmente diminui a taxa de participação no mercado de trabalho.

A fim de verificar a validade do ajuste dos dados no modelo, utilizou-se a variável R^2 Ajustada. Esta variável é uma medida de ajuste do modelo estatístico em relação aos valores observados no qual pode variar entre 0 e 1. Ademais, a mesma indica o quanto as variáveis explicativas conseguem explicar os valores observados para a variável dependente (Participa). Por fim, quanto maior o R^2 , mais explicativo é o modelo e melhor ele se ajusta à amostra. No caso do Modelo 1, o valor do R^2 ajustado foi de 0,5564, concluindo que as variáveis escolhidas explicam 55,64% das variações na variável dependente.

As 4 (quatro) *dummies* no modelo representam o impacto do conjunto de municípios que compõem cada região sobre a participação no mercado de trabalho. Assim, as Região Centro-Oeste, Região Sul e Região Sudeste revelam resultados positivos, ou seja, em média a participação no mercado de trabalho dessas regiões é maior do que na Região Nordeste. Por outro lado, a Região Norte não foi estatisticamente significativa, isto é, em média a participação no mercado de trabalho é a mesma que na Região Nordeste.

Modelo 1: MQO, usando as observações 1-5.565

<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	Coefficiente	Erro Padrão	Razão-t	P-valor	
const	1,0837000	0,0401811	26,97	1,15e-150	***
idade	-0,0042497	0,00077462	-5,486	4,29e-08	***
mulher	-0,2925330	0,0575265	-5,085	3,79e-07	***
negro	-0,0810481	0,00768533	-10,55	9,29e-0,26	***
recebe_BF	-0,2334960	0,0103289	-22,61	2,55e-108	***
Centro-Oeste	0,0231201	0,00460528	5,02	5,32e-07	***
Norte	0,0034250	0,00405375	0,8449	3,98e-01	***
Sudeste	0,0168595	0,00373994	4,508	6,68e-06	***
Sul	0,0573657	0,00456276	12,57	9,13e-0,36	***
Média var. dependente	0,687234		D.P. var. dependente	0,095699	
Soma resíd. Quadrados	22,57086		E.P. da regressão	0,063737	
R-quadrado	0,557061		R-quadrado ajustado	0,556423	
F (8, 5556)	873,4348		P-valor (F)	0,000000	
Log da verossimilhança	7428,484		Critério de Akaike	-14839	
Critério de Schwarz	-14779,35		Critério Hannan-Quinn	-14818,19	

Excluindo a constante, a variável com maior p-valor foi 15 (Norte)

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.
Quadro 8 – Modelo 1.

No Modelo 2 delimitou-se as variáveis apenas para as observações da Região Nordeste. Concluiu-se que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Programa Bolsa Família está associado à uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa de participação.

O R^2 nesse modelo foi de 0,1042. Ou seja, apenas 10,42% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 9.

<i>Modelo 2: MQO, usando as observações 450-2243 (n = 1.794)</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>P-valor</i>	
const	0,7380760	0,0961997	7,672	<0,001	***
idade	-0,0034232	0,00201813	-1,696	0,0900	*
mulher	0,2104740	0,126922	1,658	0,0974	*
negro	0,0192772	0,0183712	1,049	0,2942	
recebe_BF	-0,2507810	0,0202577	-12,38	<0,0001	***
Média var. dependente	0,608139		D.P. var. dependente	0,079255	
Soma resíd. Quadrados	10,06588		E.P. da regressão	0,07501	
R-quadrado	0,106247		R-quadrado ajustado	0,104249	
F (4, 1789)	53,1679		P-valor (F)	2,22e-42	
Log da verossimilhança	2103,621		Critério de Akaike	-4197,243	
Critério de Schwarz	-4169,78		Critério Hannan-Quinn	-4187,10	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.
Quadro 9 – Modelo 2.

Já no Modelo 3, delimitou-se as variáveis apenas para as observações da Região Sudeste. Assim, conclui-se que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Programa Bolsa Família está associado à uma redução de 0,18 ponto percentual na participação no mercado de trabalho.

O R^2 encontrado neste modelo foi de 0,3583. Ou seja, apenas 35,83% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 10.

<i>Modelo 3: MQO, usando as observações 2.244-3.911 (n = 1.668)</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	1,5910100	0,0560703	28,38	<0,0001	***
idade	-0,0166923	0,00117713	-14,18	<0,0001	***
mulher	-0,3170910	0,0851296	-3,725	2,00E-04	***
negro	-0,0993047	0,00966331	-10,28	<0,0001	***
recebe_BF	-0,1830850	0,0148908	-12,3	<0,0001	***
Média var. dependente	0,711794		D.P. var. dependente	0,058738	
Soma resíd. Quadrados	3,38140		E.P. da regressão	0,04705	
R-quadrado	0,359914		R-quadrado ajustado	0,358374	
F(4, 1663)	233,7717		p-valor (F)	2,30e-159	
Log da verossimilhança	2734,027		Critério de Akaike	-5458,054	
Critério de Schwarz	-5430,96		Critério Hannan-Quinn	-5448,01	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.
Quadro 10 – Modelo 3.

No Modelo 4 delimitou-se as variáveis apenas para as observações da Região Norte. Concluiu-se que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Programa Bolsa Família está associado à uma redução de 0,13 ponto percentual na participação no mercado de trabalho.

O R^2 encontrado neste modelo foi de 0,23. Ou seja, 23% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 11.

<i>Modelo 4: MQO, usando as observações 1 - 449</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	0,7138770	0,143089	4,989	<0,0001	***
idade	-0,0037413	0,00232273	-1,611	0,1080	
mulher	0,6494440	0,195252	3,326	0,0010	***
negro	-0,2511750	0,049361	-5,089	<0,0001	***
recebe_BF	-0,1332650	0,0364037	-3,661	0,0003	***
Média var. dependente	0,644074		D.P. var. dependente	0,075302	
Soma resíd. Quadrados	1,93844		E.P. da regressão	0,066075	
R-quadrado	0,236940		R-quadrado ajustado	0,230065	
F(8, 5556)	34,4669		p-valor (F)	4,54E-25	
Log da verossimilhança	585,3309		Critério de Akaike	-1160,662	
Critério de Schwarz	-1140,127		Critério Hannan-Quinn	-1152,57	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.

Quadro 11 – Modelo 4.

No Modelo 5 delimitou-se as variáveis apenas para as observações da Região Sul. Assim, que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Programa Bolsa Família está associado à uma redução de 0,26 ponto percentual na participação no mercado de trabalho.

O R² encontrado neste modelo foi de 0,3364. Ou seja, 33,64% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 12.

<i>Modelo 5: MQO, usando as observações 3.912-5.099 (n = 1.188)</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>P-valor</i>	
const	1,3617400	0,0847625	16,07	<0,0001	***
idade	0,0028389	0,00135508	2,095	0,0364	**
mulher	-1,2695100	0,12684	-10,35	<0,0001	***
negro	-0,1419510	0,0167928	-8,453	<0,0001	***
recebe_BF	-0,2595310	0,0236318	-10,98	<0,0001	***
Média var. dependente	0,779792		D.P. var. dependente	0,071670	
Soma resíd. Quadrados	4,032003		E.P. da regressão	0,058381	
R-quadrado	0,338713		R-quadrado ajustado	0,336477	
F(8, 5556)	151,4840		P-valor (F)	1,20e-104	
Log da verossimilhança	1691,644		Critério de Akaike	-3373,289	
Critério de Schwarz	-3347,8890		Critério Hannan-Quinn	-3363,716	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.
Quadro 12 – Modelo 5.

No Modelo 6 delimitou-se as variáveis apenas para as observações da Região Centro-Oeste. Concluiu-se que o que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de pessoas em domicílios que recebem o benefício do Programa Bolsa Família está associado à uma redução de 0,16 ponto percentual na participação no mercado de trabalho.

O R² encontrado neste modelo foi de 0,3135. Ou seja, 31,35% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 13.

<i>Modelo 6: MQO, usando as observações 5.100 - 5.565 (n = 466)</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	1,0552100	0,0941591	11,210	<0,0001	***
idade	-0,0108471	0,0018760	-5,752	<0,0001	***
mulher	0,4538230	0,1400760	3,240	1,30E-03	***
negro	-0,2106300	0,0294924	-7,142	<0,0001	***
recebe_BF	-0,1599950	0,0384530	-4,161	<0,0001	***
Média var. dependente	0,709440		D.P. var. dependente	0,062772	
Soma resíd. Quadrados	1,246959		E.P. da regressão	0,05009	
R-quadrado	0,319449		R-quadrado ajustado	0,313544	
F(8, 5556)	54,097980		p-valor (F)	2,23e-37	
Log da verossimilhança	718,9450		Crítério de Akaike	-1427,89	
Crítério de Schwarz	-1407,1690		Crítério Hannan-Quinn	-1419,74	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.
Quadro 13 – Modelo 6.

Por fim, o Modelo 7 abrangeu toda a amostra, incluindo as interações recebe_BF_{Norte}, recebe_BF_{Nordeste}, recebe_BF_{Sul} e recebe_BF_{Centro-Oeste}. A Região Sudeste foi introduzida neste modelo com a finalidade de evitar colinearidade perfeita e por este motivo, esta região foi adotada como grupo de referência.

Desta forma, o Quadro 13 teve como objetivo evidenciar o efeito de receber o benefício do Programa Bolsa família sobre a participação das Regiões em relação à Região Sudeste.

Através deste modelo, concluiu-se que tanto a Região Sul quanto a Região Centro-Oeste não são estatisticamente significantes. Isto porque se determinou uma hipótese nula, sem diferenças estáticas entre os grupos, e uma hipótese alternativa. Assim, não se rejeita a hipótese caso se obtenha um p-valor maior do que 5% do valor encontrado para a estatística t.

Assim sendo, não rejeitou-se a hipótese nula de que o coeficiente recebe_BF é zero, não apresentando correlação com as variáveis do modelo. Simultaneamente ao resultado encontrado, observa-se uma redução de 16,76% no efeito do Programa Bolsa Família sobre a participação na Região Nordeste em relação à Região Sudeste e uma redução de 11,96% na Região Norte em relação à Região Sudeste.

O R^2 encontrado neste modelo foi de 0,5237. Em outras palavras, 52,37% das variáveis explicam a participação no mercado de trabalho, conforme apresentado no Quadro 14.

Conclui-se então, que mais indivíduos recebem Bolsa Família e menos participam do mercado de trabalho na Região Nordeste quando comparado à Região Sudeste.

<i>Modelo 7: MQO, usando as observações 1-5.565</i>					
<i>Variável dependente:</i>	<i>Participa</i>				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	1,1369100	0,041355	27,49	<0,0001	***
idade	-0,0075901	0,000788831	-9,622	<0,0001	***
mulher	-0,0686686	0,0563714	-1,218	2,23E-01	
negro	-0,1873780	0,00616371	-30,4	<0,0001	***
recebe_BFNORTE	-0,1196710	0,0109543	-10,92	<0,0001	***
recebe_BFNORDESTE	-0,1676660	0,00546502	-30,68	<0,0001	***
recebe_BFSUL	0,0313921	0,0150434	2,087	0,0370	**
recebe_BFCENTROOESTE	-0,0103373	0,0166701	-0,6201	0,5352	
Média var. dependente	0,687234		D.P. var. dependente	0,095699	
Soma resíd. Quadrados	24,23688		E.P. da regressão	0,066042	
R-quadrado	0,524366		R-quadrado ajustado	0,523767	
F(8, 5556)	875,1932		p-valor (F)	0,000000	
Log da verossimilhança	7230,326		Critério de Akaike	-14444,65	
Critério de Schwarz	-14391,66		Critério Hannan-Quinn	-14426,18	

Fonte: Elaborado pelo autor através do Software Gretl.

Quadro 14 – Modelo 7.

É trivial concluir este modelo com uma análise mais econômica, destacando 2 (dois) pontos principais que levam estados mais ricos a seguirem menos à risca as condicionalidades do Programa Bolsa Família, quais sejam, taxa de desemprego e alto custo de vida.

O primeiro ponto faz referência ao fato dos estados mais ricos tenderem a ter melhores oportunidades de emprego, muitas vezes sendo o salário maior do que o benefício proposto pelo Programa. Sendo assim, há o incentivo dos pais das crianças a retirarem da escola para que tenham tempo integral de trabalho. Por outro lado, estados com piores condições de emprego adotam o benefício financeiro como impreterível para a sobrevivência.

Já o segundo aspecto refere-se a estados mais ricos que tendem a ter custos de vida mais alto. Ou seja, o indivíduo que vive nesses estados exige uma maior renda para sustentar suas necessidades. Assim, tende a ter mais motivos para não seguir as condicionalidades do Programa.

Desta forma, fica claro o motivo da Região Norte e Região Nordeste apresentarem coeficientes negativos na regressão quando comparado à Região Sudeste.

4. Observações Conclusivas

O presente estudo buscou realizar uma análise qualitativa a respeito do Programa Bolsa Família, assim como uma análise quantitativa do quando o mesmo afeta o mercado de trabalho em cada uma das 5 (cinco) regiões.

Para tanto, foram utilizados os dados do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Ao analisa-los, conclui-se que a Região Nordeste é a região mais afetada pelo Programa Bolsa Família, incluindo aproximadamente 7 milhões de famílias, o que representa 50,61% do total de famílias beneficiadas pelo programa. Monetariamente, a Região Nordeste recebeu R\$ 15,23 bilhões em 2017 valor este que, representa mais do que o dobro comparado à segunda região (Região Sudeste) mais beneficiada.

Ademais, através das regressões lineares múltiplas realizadas, conclui-se que foram encontrados resultados significativos, mostrando que o Programa Bolsa Família afeta negativamente o mercado de trabalho. Entretanto, não se pode garantir efetivamente esse resultado como dado, pois não se pode descartar a existência de variáveis omitidas que possam afetar o resultado, viesando-o. Além disso, podem existir diversas características dos indivíduos que não foram observadas no presente trabalho, mas que podem estar correlacionadas com o recebimento do benefício e a sua participação ou não no mercado de trabalho e que não estão sendo controladas. Dessa forma, é possível que algum resultado encontrado demonstre uma causalidade equivocada, impactando os resultados tanto positivamente quanto negativamente.

Finalmente, pode-se concluir que o Programa Bolsa Família na sua enorme contribuição para a população mais necessitada ainda está longe de ser uma das soluções para reduzir a pobreza e a desigualdade presente no Brasil, afetando significativamente a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. O Programa Bolsa Família é extremamente benéfico por conceder minimamente sobrevivência a algumas famílias, como tratado nesse trabalho, mas prejudicial por desincentivar o ingresso no mercado de trabalho, acabando não dando continuidade a proposta do benefício.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br>, acessado em 08 de Agosto de 2018.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião pública*, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

CAVALCANTI, D. M. Avaliação dos Impactos do Programa Bolsa Família na Renda, Educação e no Mercado de Trabalho das Famílias Pobres do Brasil. 2013. Dissertação. (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 2013.

COSTA, E. M., COSTA, R. A., MARIANO, F. Z., & CAVALCANTE, D. M. Impactos Do Programa Bolsa Familia No Mercado De Trabalho E Na Renda Dos Trabalhadores Rurais. ANPEC 2015.

CURY, Samir et al. The impacts of income transfer programs on income distribution and poverty in Brazil: an integrated microsimulation and computable general equilibrium analysis. 2010.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 30 agosto de 2018.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, v. 72, n. 3, p. 292-312, 2018.

DE JANVRY, Alain; SADOULET, Elisabeth. Making conditional cash transfer programs more efficient: designing for maximum effect of the conditionality. *The World Bank Economic Review*, v. 20, n. 1, p. 1-29, 2006.

DE OLIVEIRA, Luis Felipe Batista; SOARES, Sergei SD. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

DO NASCIMENTO MAGRO, Aline Fátima et al. Os Programas De Transferência De Renda Na América Latina Panorama De Experiências Em Desenvolvimento. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social*, n. 10, 2011.

FOGUEL, Miguel Nathan; BARROS, Ricardo Paes de. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 40, n. 2, p. 259-293, 2010.

HANDA, Sudhanshu; DAVIS, Benjamin. The experience of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean. *Development policy review*, v. 24, n. 5, p. 513-536, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA DATA. 2014.

LANDIM JUNIOR, Paulo Henrique; MENEZES FILHO, N. A. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a economia dos municípios brasileiros. 2009.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 3, p. 267-288, jul./set. 2011.

MEDEIROS, Marcelo; BRITO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão n. 1283).

MONTE, Paulo Aguiar do; RAMALHO, Hilton Martins de Brito; PEREIRA, Márcia de Lima. O salário de reserva e a oferta de trabalho: evidências para o Brasil. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, p. 613-639, 2011.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, v. 1, p. 193-206, 2013.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a Oferta de Trabalho Não Agrícola na Área Rural da Região Nordeste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, p. 71-90, 2015.

PEÑA, Carlos Rosano et al. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 4, p. 889-913, 2015.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 47, n. 4, p. 805-862, 2017.

SANTANA, Jomar A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Seminário população, pobreza e desigualdade, v. 1, p. 1-19, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

SOUZA, André Portela Fernandes de. Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa-Família. Escola de Economia de São Paulo – FGV. 2011.

TAVARES, Priscilla A. Efeito no Programa Bolsa Família sobre o trabalho das mães. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 16., 2008, Caxambu. Anais... Caxambu, 2008.

TEIXEIRA, C. G., Análise do Impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e das mulheres. PNUD/IPC, 2008.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do Vale do Jequitinhonha. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, n. 3, p. 671-692, 2013.